Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Thiago Alves de Souza

K: relatos da ditadura

Brasília
2021

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Thiago Alves de Souza

K: relatos da ditadura

Monografia apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.
Orientador: Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria (UnB)

_____

Dr. Mateus Gamba Torres (UnB)

_____

Ma. Paula Franco (UnB)

_____

Brasília
2021

RESUMO

Este trabalho investiga como o livro *K: relato de uma busca* de Bernardo Kucinski constrói cenários da ditadura militar brasileira. Neste sentido, o autor inicia dissertando sobre como a literatura pode ser uma fonte documental fecunda para a História e faz um breve histórico do panorama atual da literatura a respeito da ditadura militar brasileira. Em seguida é feita a análise sobre a luta pela memória e verdade dos familiares de desaparecidos e mortos na ditadura e do caso Ana Rosa Kucinski Silva. Por fim, é feito o exame da obra *K: relato de uma busca* demonstrando como ela constrói relatos da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira; História; K: relato de uma busca; Literatura.

A todos aqueles que lutaram e morreram pela consolidação da democracia no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma nesses longos anos de graduação; em especial ao pessoal do *Grupo de Leitura Literatura e Ditadura* pela primeira leitura e discussão a respeito de *K: relato de uma busca* e ao professor Daniel pela atenção, conselhos e paciência.

O que vocês diriam dessa coisa que não dá mais pé?
O que vocês fariam pra sair dessa maré?
O que era pedra vira corpo.
Quem vai ser o segundo a me responder?
Andar por avenidas enfrentando o que não dá mais pé.
Juntar todas as forças pra vencer essa maré.
O que era pedra vira homem.
E um homem é mais sólido que a maré.

Fernando Brant

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 07
1. A LITERATURA COMO ARQUIVO DA DITADURA BRASILEIRA 08
1.1. AS LACUNAS 08
1.2. RECUPERANDO O INCOMENSURÁVEL 09
1.3. A LITERATURA COMO ARQUIVO DA DITADURA 11
2. O CASO ANA ROSA KUCINSKI SILVA 13
2.1. HISTÓRICO DA LUTA PELA MEMÓRIA E VERDADE 13
2.2. O CASO ANA ROSA KUCINSKI SILVA 15
3. K. RELATOS DA DITADURA 19
3.1. RELATOS DE AUSÊNCIA E BUSCA 19
3.2. RELATOS DE DOR E MEDO 22
3.3. RELATOS DE MEMÓRIA 24
3.4. RELATOS DA REPRESSÃO 26
CONCLUSÕES 31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 33
ANEXOS 39

INTRODUÇÃO

Este trabalho fala sobre o trauma: o trauma de perder a irmã e o cunhado, sequestrados e mortos por agentes do Estado; o trauma de procurar respostas para o desaparecimento de uma pessoa querida junto às instituições do governo e entidades internacionais e nunca receber uma resposta satisfatória; o trauma de viver com a lembrança do desaparecido político de forma perene, como se tudo conspirasse para causar mais dor aos familiares da vítima com o passar do tempo. Este trabalho é sobre *K: relato de uma busca* de Bernardo Kucinski. Nele, tento demostrar que este romance escrito em 2010 consegue apresentar um panorama do que foi a ditadura militar brasileira e expressar sentimentos muito presentes nas narrativas de familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Antes de tratar da obra em si, analisei como a literatura pode ajudar profissionais do campo da história que trabalham com períodos históricos traumáticos. Desta forma, defendo no primeiro capítulo que a literatura é uma ferramenta útil para pesquisadores da área de História que podem aproveitar a capacidade que o texto ficcional tem de erigir cenários históricos e expressar sentimentos intangíveis como a dor e o medo. No fim do capítulo também faço uma breve análise do panorama dos romances a respeito da ditadura militar brasileira.

No segundo capítulo, vou às fontes disponíveis em busca de informações sobre o sequestro e morte de Ana Rosa Kucinski Silva. Para tanto, as pesquisas realizadas pelas diversas *Comissões da Verdade* a partir do ano de 2012 foram cruciais. O capítulo também conta com um histórico da luta dos familiares de desaparecidos e mortos políticos pela memória e verdade de seus entes queridos.

Por fim, analiso o romance de Bernardo Kucinski com foco nos relatos de ausência e busca; dor e medo; memória e repressão. No terceiro capítulo tento demonstrar a partir de trechos da obra como o texto de Kucinski constrói cenários verossímeis a respeito da ditadura militar brasileira, transformando esta obra ficcional em uma grande fonte de relatos da ditadura.

1. A LITERATURA COMO ARQUIVO DA DITADURA BRASILEIRA

1.1. AS LACUNAS

Expressar a dor e o sofrimento de uma pessoa não é uma tarefa fácil. As feridas abertas em uma geração vítima da violência gerada em grandes traumas históricos (como as ditaduras latino-americanas e as guerras do século XX) tendem a não caber nas linhas de um trabalho histórico, pois, como afirma Arlette Farge (2011), "na disciplina histórica, não há dúvida de que as situações, os acontecimentos, os lugares e objetos que provocam sofrimento estão sobrerrepresentados" (FARGE, 2011, p. 13). As ausências não podem ser medidas pelo número de mortos que constam em um relatório oficial ou em levantamentos feitos por aqueles que desejam dimensionar o tamanho da tragédia. Diante desta condição, qualquer abordagem desses momentos tende sempre a deixar a impressão de que falta algo, de que a narrativa histórica não possui ferramentas para lidar com questões muito subjetivas para caber na objetividade de um texto histórico. Desta forma, "a maior parte do tempo escandida por acontecimentos que engendram sofrimento, a história, paradoxalmente, guarda seu ritmo sem dizer, sem enunciar, sem trabalhar sobre as palavras que o exprimem e aquelas que o rodeiam" (FARGE, 2011, p. 14).

Não é de hoje que os historiadores têm dificuldade em trabalhar e repercutir as feridas deixadas por grandes eventos traumáticos. Trabalhar a memória de um tempo que para muitos seria melhor esquecer traz consigo obstáculos que não podem ser transpostos apenas pela objetividade das fontes clássicas (documentos jornalísticos, públicos e literatura historiográfica). Expressar a dor e o sofrimento provocados pelo genocídio armênio, pela Shoá ou nas seções de tortura e matança organizadas por agentes de Estado nas ditaduras latino-americanas é um desafio não só para historiadores, mas também para escritores e filósofos[1].

Diante desta dificuldade narrativa, os historiadores tendem a recorrer aos testemunhos na esperança de que estes possam ajudar a decifrar as lacunas que as fontes oficiais deixam. A produção de fontes testemunhais cresceu no século XX em grande parte pela evolução da tecnologia empregada em sua produção, que permitiu avanços nas áreas da

[1] Exemplos dessa dificuldade são encontrados nas obras *Nada de novo no front* (REMARQUE, 2014) de Erich Remarque e *É isto um homem?* (LEVI, 1988) de Primo Levi.

filmografia, fotografia etc. Passamos a viver então aquilo que Seligmann-Silva classificou em entrevista a filósofa Marcia Tiburi (2011) de "era de testemunho".

> Sobre a contemporaneidade, "vivemos em uma era de testemunhos" e todas as guerras posteriores à Segunda, tanto quanto os regimes totalitários e ditaduras por todo o globo, corroboraram para a enorme quantidade desse tipo de relato. Para o historiador, todas essas atrocidades geraram silêncios e traumas, mas isso também faz parte do testemunho e relatá-lo é uma forma de denúncia, mas também um processamento do trauma, sendo a escrita, portanto, uma forma de se processar a violência (ENDERS, 2011, p. 44).

Não obstante, o testemunho, seja de uma vítima direta ou indireta parece não dar cabo daquilo que Geise Enders (2015) classifica como "vazios, silêncios e ausências". Esses vazios, silêncios e ausências deixam lacunas nas fontes que são reveladas quando os historiadores se deparam com o semblante tenso de um judeu em uma fotografia tirada após a constatação da proximidade de tropas nazistas, na dificuldade que uma testemunha deixa transparecer ao escrever sobre a Batalha de Verdun ou no desconforto que a única vítima sobrevivente da Casa da Morte sente ao ser perguntada sobre sua experiência de tortura em uma entrevista[2]. Essas reações denotam que há algo nessas experiências traumáticas sobre o qual as próprias testemunhas não têm controle, pois pertence ao campo do incomensurável.

Logo, historiadores que pretendem trabalhar com períodos traumáticos devem enfrentar a dificuldade de lidar com o incomensurável e com as lacunas que ele deixa nas fontes. Neste ponto, trabalhar com fontes literárias, que não estão sujeitas às limitações da objetividade metodológica pode ajudar historiadores a preencherem essas lacunas.

1.2. RECUPERANDO O INCOMENSURÁVEL

Diante do problema causado por aquilo que chamei de lacunas no tópico anterior, a literatura, com toda sua liberdade estética, pode ser uma ferramenta de auxílio ao historiador que busca construir uma narrativa histórica mais robusta, onde elementos como o sofrimento e a violência não sejam deixados de lado. A literatura com fundo histórico, que abarca desde o romance autobiográfico até o romance histórico, pode, se abordada com cuidado pelos historiadores, preencher alguns desses vazios na medida que, como afirma Walter Benjamin

[2] O relato de Inês Etienne Romeu pode ser lido em matéria da *BBC News Brasil* intitulada *A história da 'Casa da Morte' contada por única sobrevivente* de André Bernardo (BERNARDO, 2021).

(2014), “escrever um romance significa, na descrição da vida humana, levar o incomensurável a seus últimos limites” (BENJAMIM, 2014, p. 217).

O trauma, no geral, faz parte deste incomensurável. Se as fontes clássicas não abarcam o problema que se quer analisar, cabe aos historiadores buscar novos caminhos para a interpretação de seu objeto de pesquisa. A literatura de fundo histórico, quando utilizada como fonte, tem o papel de representar a subjetividade, como aponta Enders.

> O papel da literatura nesse cenário é fundamental para a manutenção da busca pelo sentido da vida após tamanhos horrores. Longe de se tornar uma ferramenta engajada em alguma bandeira ou de servir a representar a sociedade nos seus detalhes, a literatura debruça-se sobre a subjetividade, sem se resumir à psicologia dos personagens nem abdicar do mundo objetivo (ENDERS, 2015, p.44).

Desta forma, o texto literário pode apontar justamente o que falta nessas lacunas que outras fontes não conseguem preencher. É nele que o autor, por meio de uma narrativa ficcional, consegue passar ao leitor aquilo que não era possível por meio de uma narrativa histórica formal. É através da ficção que podemos ter contato com uma realidade subjetiva que antes não podia ser contada porque era incomensurável.

Vale ressaltar que isto não significa que a narrativa ficcional é um texto histórico. A discussão entre os limites da narrativa histórica e literária é uma querela metodológica que não pretendo apontar aqui. O que defendo é que a literatura, sobretudo quando utilizada para trabalhar eventos traumáticos, é uma ferramenta que os historiadores podem utilizar para preencher as lacunas que muitas vezes são deixadas de lado nos trabalhos históricos. Não obstante, as ferramentas metodológicas ficam a escolha de quem trabalha as fontes, pois, como afirma Antônio Ferreira (2011), “a historiografia não dispõe de metodologia, teoria e conceitos particulares para [abordagem da fonte literária], ainda que já tenha acumulado experiência razoável nesse tipo de investigação” (FERREIRA, 2011, p. 80).

É claro que o trabalho com fontes literárias na História não se limita apenas à análise de experiências traumáticas. O estudo de correntes literárias, por exemplo, pode auxiliar historiadores a apontar como se organiza o cenário cultural de uma determinada época; o estudo da produção literária de um período pode ajudar aqueles interessados em história das ideias a entender como pensavam os intelectuais de um determinado tempo e assim por diante. Outro aspecto importante do estudo de fontes literárias vem da capacidade que estas fontes têm de criar cenários, como demostra Thiago Lemos (2017) ao analisar como os clássicos de Vitor Hugo e Tolstói podem representar o espírito dos oitocentos.

> O que ocorre, em certos casos, é a sucessiva necessidade de se retornar ao encontro da narrativa ficcional com a história científica propriamente dita, como momento e lugar do que surge como interstício. Citam-se, por exemplo,

> duas obras-primas da literatura ocidental do século XIX: Os miseráveis, de Victor Hugo, e Guerra e paz, de Tolstói. Ambas ficcionais. Ambas enredadas em contextos históricos imaginativamente descritos e, apesar de alguns equívocos insignificantes (nomes de pessoas, lugares, algumas datas etc.), com razoável rigor representados. O trecho sobre a batalha de Waterloo, de Hugo, talvez, seja a mais clara expressão do evento. Na batalha de Austerlitz (poderiam ser mencionadas outras) descrita por Tolstói, não apenas há uma dimensão do que foi o evento em si, mas a "realidade" dos fatos se mistura intrinsecamente aos desdobramentos do romance. Tanto em uma obra como em outra, a discussão sobre a história e a imaginação estava posta. Tolstói escreveu uma profunda reflexão sobre a história, sua narrativa e a humanidade de uma forma geral no início do segundo volume e no epílogo de seu livro. Hugo, por sua vez, tratou com astúcia a importância daquela passagem de sua grande obra, abordando o valor histórico em si da batalha de 1815, bem como seu legado e seu significado para o século XIX. Os dois livros, lembra-se, foram publicados na década de 1860 e parecem representar, com algum exagero, o espírito de todo o oitocentos (LEMOS, 2017, p. 335).

Essa capacidade de gerar cenários que captam o espirito de um tempo é mais uma ferramenta importante que as fontes literárias podem proporcionar. Ernst Jünger, por exemplo, cria cenários sufocantes em *Tempestades de Aço* (JÜNGER, 2013), onde a sensação de perigo ronda cada instante, onde uma chuva de balas ou de bombas (uma tempestade de aço) pode acabar com a vida instantaneamente no próximo minuto. É este tipo de atmosfera que não conseguimos captar sem a ajuda crucial de fontes literárias.

Consolidada a ideia de que as fontes literárias têm muito a contribuir no trabalho de historiadores, passo a análise sobre como a literatura brasileira tem trabalhando um dos maiores eventos traumáticos do século XX no Brasil, a ditadura militar brasileira.

1.3. A LITERATURA COMO ARQUIVO DA DITADURA

Eurídice Figueiredo (2017) divide a literatura a respeito da ditadura brasileira em três períodos distintos: uma primeira geração, composta por romances lançados entre 1964 e 1979; uma segunda geração, composta por romances lançados entre 1979 e 2000; e, por fim, uma terceira geração, composta por romances lançados entre 2000 e 2016.

A primeira geração escreveu no calor do momento e colocou em seus romances uma postura crítica tanto a repressão protagonizada pelos agentes do governo quanto a luta armada. Destacam-se desta geração os romances *Quarup* (CALLADO, 1977), *Pessach: a travessia* (CONY, 2007), *Zero* (BRANDÃO, 2001) e *Em câmera lenta* (TAPAJÓS, 1979).

A segunda geração tem como característica principal o testemunho, pois em sua grande maioria é escrita por pessoas que estiveram presentes na luta armada ou política contra as ditaduras latino-americanas e retornaram ao Brasil após a *Lei da Anistia* (BRASIL, 1979). Há na segunda geração a predominância de relatos autobiográficos, com destaque para os temas relacionados a luta armada, a tortura e ao exílio. Destacam-se desta geração as obras *O que é isso companheiro* (GABEIRA, 2009), *Os carbonários* (SIRKIS, 2014), *Batismo de sangue* (BETTO, 2006), *Tirando o capuz* (CALDAS, 1981), *Retrato calado* (FORTES, 2012), *Primeiro de abril* (MIGUEL, 1994), *Memórias do esquecimento* (TAVARES, 2012), *Tropical sol da liberdade* (MACHADO, 2012) e *Amores exilados* (NETO, 2011).

Por fim, temos a terceira geração, onde "a qualidade de boa parte da produção do período revela que se operou a decantação necessária para que a experiência traumática pudesse se transformar em objeto estético" (FIGUEIREDO, 2017, p. 87). Os romances deste período são em grande parte escritos por autores que ou são vítimas indiretas da ditadura[3] ou utilizam de pesquisa arquivística e relatos testemunhais para construir os cenários de suas narrativas. Nesta geração, há uma explosão de temas, onde os mais trabalhados são os relatos memoriais. Destacam-se desta leva de romances *Antes do passado* (BRUM, 2012), *Palavras cruzadas* (GRAMMONT, 2015), *Azul-corvo* (LISBOA, 2010), *Volto semana que vem* (PILLA, 2015), *Outros cantos* (REZENDE, 2016), *Não falei* (BRACHER, 2004), *Ainda estou aqui* (PAIVA, 2015), *Damas da noite* (RIBEIRO, 2014), *Cabo de guerra* (BENEDETTI, 2016), *Mar azul* (VIDAL, 2012) e *A resistência* (FUKS, 2015).

Um dos grandes romances desta terceira geração é *K: relato de uma busca* (KUCINSKI, 2016a) de Bernardo Kucinski. O trabalho que o autor faz para relatar o desaparecimento e busca de sua irmã tem sido reconhecido no meio acadêmico como um dos grandes exemplos de como a fonte literária pode servir para criar cenários históricos. Por conta disto, escolhi este livro como tema de minha pesquisa e passarei a sua análise no terceiro capítulo deste trabalho. Não obstante, no próximo capítulo, farei a análise de fontes documentais clássicas, verificando o que elas têm a dizer sobre Ana Rosa Kucinski Silva.

---

[3] Exemplos de como processos traumáticos podem afetar vítimas de forma indireta podem ser vistos em *Maus: a história de um sobrevivente* (SPIEGELMAN, 2009) de Art Spiegelman e no filme *Aqui é o meu lugar* (2011) de Paolo Sorrentino.

2. O CASO ANA ROSA KUCINSKI SILVA

2.1. HISTÓRICO DA LUTA PELA MEMÓRIA E VERDADE

A partir do momento em que se constatou que agentes da repressão estavam violando os direitos de cidadãos brasileiros, começaram as denúncias que, por muitas vezes, foram abafadas pela censura imposta aos veículos de impressa na época. Nas décadas de 60 e 70, entes da sociedade civil começaram a se organizar para denunciar as arbitrariedades da ditadura militar brasileira. Destacam-se neste período a formação da *Comissão de Justiça e Paz* e a carta dos presos políticos do *Presídio da Justiça Militar Federal*, apelidada pelos próprios presos de *"Bagulhão"*.

A *Comissão de Justiça e Paz* (CJP) foi criada em 1972 na cidade de São Paulo "tendo como principal objetivo lutar contra qualquer tipo de violência" (MASCARENHAS, 2009). A CJP acolheu várias denúncias de assassinatos, torturas e violências contra presos políticos no período e somou forças com outras entidades como a *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB) e a *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI) na luta pelos direitos humanos.

Outro marco da década de 70 foi o *Bagulhão*, documento elaborado em 1975 por 35 presos políticos do *Presídio da Justiça Militar Federal*, dentre os quais se destacam os nomes de José Genoino e Paulo Vannuchi. O *Bagulhão* é reconhecido como um dos primeiros documentos a denunciar oficialmente os métodos de perseguição e tortura dos agentes da ditadura brasileira[4]. Nele, são listados 233 agentes do Estado brasileiro envolvidos com os órgãos de repressão e nominados 16 mortos pela ditadura e 18 desaparecidos políticos. O *Bagulhão* foi publicado em 2015 pela *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva* (CVESPRP) com o título *"Bagulhão": a voz dos presos políticos conta os torturadores* (SÃO PAULO, 2015a).

Na década de 80 veio à tona o relatório do projeto *Brasil Nunca Mais* (BNM, 2014). Com prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, o relatório é baseado em um grande número de documentos copiados por advogados dos inqueridos que circulavam no *Superior Tribunal Militar* (STM). Ao todo, foram compilados doze volumes de documentos que estão disponíveis

[4] O primeiro trabalho que denuncia a violação de direitos humanos por agentes do Estado brasileiro é *Torturas e Torturados* (ALVES, 1966) de Marcio Moreira Alves, publicado pela primeira vez em 1966.

no sítio do projeto, além de um relatório final lançado em formato de livro que denuncia as torturas, sequestros e assassinatos cometidos por agentes da repressão durante a ditadura militar brasileira.

Na década de 90, duas ações contribuíram para jogar luz aos crimes cometidos no período ditatorial e trazer à tona a memória de alguma de suas vítimas: o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964* (PERNANBUCO, 1995) publicado em 1995 pela *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos* (CFMDP) traça o perfil de 339 vítimas fatais da repressão; por fim, houve a criação da *Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos* (CEMDP) pela *Lei 9.140 de 1995* (BRASIL, 1995), que "reconheceu como mortas dezenas de pessoas que, em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, encontravam-se desaparecidas" (BRASIL, 2018) e tomou providência para que fossem indenizados seus familiares. Anexo à *Lei 9.140/1995* estão os nomes de 136 mortos ou desaparecidos. A CEMDP teve seus poderes estendidos pela *Lei 10.536 de 2002* (BRASIL, 2002) e pela *Lei 10.875 de 2004* (BRASIL, 2004), passando a "examinar e reconhecer casos de morte ou desaparecimento ocorridos até 05 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição brasileira" (BRASIL, 2018) e ampliando o seu encorpo de vítimas, como afirma o tópico institucional elaborado pelo atual *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos* (MMFDH).

> A partir da Lei 10.875, de 1º de julho de 2004, os critérios para reconhecimento das vítimas da ditadura civil-militar foram ampliados e dezenas de pessoas vitimadas por agentes públicos em manifestações públicas, conflitos armados ou que praticaram suicídio na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de torturam, foram reconhecidas (BRASIL, 2018).

No ano de 2007, foi publicado pela *Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República* (SEDHPR) livro elaborado pela CEMDP intitulado *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (BRASIL, 2007) que traz resumos dos 475 casos apreciados pela Comissão em 11 anos de trabalho.

Por fim, temos a criação da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV) pela *Lei 12.528 de 2011* (BRASIL, 2011). A CNV iniciou seus trabalhos no dia 16 de maio de 2012, tendo como alvo as violações dos direitos humanos impetradas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Seu relatório final foi entregue em cerimônia realizada em 10 de dezembro de

2014 no *Palácio do Planalto* a então Presidenta Dilma Rousseff[5] e, excluindo os relatórios temáticos, lista os nomes de 434 vítimas.

A CNV inspirou outras entidades federativas (Estados e Municípios) a instituírem suas comissões locais com o intuito de verificar os crimes realizados em seus territórios por agentes da repressão. Instituições públicas, como as universidades federais e estaduais também iniciaram suas comissões em paralelo. Para este trabalho interessam especialmente o *Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva* (SÃO PAULO, 2015b) e o *Relatório da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo* (USP, 2018), que trazem informações a respeito do desaparecimento e morte de Ana Rosa Kucinski Silva.

2.2. O CASO ANA ROSA KUCINSKI SILVA

Ana Rosa Kucinski Silva desapareceu no dia 22 de abril de 1974. Os relatos iniciais indicam que ela saiu do *Instituto de Química* da *Universidade de São Paulo* (USP) para almoçar com seu esposo Wilson Silva nas imediações da *Praça da República*. Os dois não voltaram aos seus respectivos trabalhos naquela tarde. As famílias foram avisadas e de imediato começaram as buscas pelo casal, que naquele período militava na *Ação Libertadora Nacional* (ALN), organização de esquerda que apoiava a luta armada contra a ditadura militar brasileira.

Os familiares do casal buscaram via medidas legais informações a respeito dos dois, chegando a impetrar habeas-corpus na época solicitado pelo advogado Aldo Lins e Silva. O habeas-corpus foi negado com a justificativa de que "nenhuma unidade militar ou policial reconhecia a prisão do casal" (CABRAL; LAPA, 1979, p. 381). No mesmo ano, foi acionada a *Comissão de Direitos Humanos* da *Organização dos Estados Americanos* (OEA), que encaminhou ao governo brasileiro um pedido de investigação sobre o caso. Em resposta, o governo brasileiro afirmou não ter "responsabilidade alguma sobre o destino do casal e que não tinha informações sobre o caso" (CABRAL; LAPA, 1979, p. 381).

No dia 23 de outubro de 1975, a *Congregação do Instituto de Química* da USP acolheu proposta "concordando que fosse aplicada a Ana Rosa a pena de dispensa por abandono de função" (USP, 2018, vol. 3, p. 88). Em 7 de janeiro de 1976, "a Reitoria da Universidade

[5] Dilma Rousseff foi perseguida, presa e torturada pela ditadura militar brasileira, que a manteve em cárcere entre os anos de 1970 e 1972. Para mais informações conferir a reportagem de Fernando Rodrigues no sítio do *UOL* intitulada *Veja Cronologia da vida de Dilma Rousseff* (Rodrigues, 2010).

acolheu as conclusões apresentadas, rescindindo o contrato de trabalho de Ana Rosa" (USP, 2018, vol. 3, p. 88).

A busca pelo casal continuou ao longo dos anos e acabou por se converter em uma luta pela memória e verdade por parte da família Kucinski. Em 1975, Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva são reconhecidos pelos presos que copilaram o *Bagulão* como desaparecidos políticos. Em 1979, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa organizaram o livro *Desaparecidos Políticos* (CABRAL; LAPA, 1979) que traz o testemunho de Bernardo Kucinski a respeito do processo de busca de informações junto aos órgãos oficiais e instituições civis, chegando a acionar instituição de apoio a judeus nos *Estados Unidos da América*.

> O Departamento de Estado norte-americano, solicitado a dar uma informação, comunicou à American Jewish Communitee, entidade dedicada, entre outras coisas, a procurar pessoas desaparecidas na guerra, famílias separadas, e também à American Jewish Congress, espécie de federação das organizações judaicas religiosas culturais, que Ana Rosa estava viva, mas não sabia onde. A última informação do Departamento de Estado foi transmitida à família Kucinski em 7 de novembro de 1974 (CABRAL; LAPA, 1979, p. 218).

O relatório do projeto *Brasil Nunca Mais* reconhece e cita nominalmente o casal como desaparecidos políticos, mas não traz mais informações a respeito do que haveria ocorrido com os dois. Apenas em 1992, com a publicação da entrevista de Marival Chagas[6] ao jornalista Expedito Filho na revista *Veja* intitulada *A lei da barbárie* (FILHO, 1992) é que o possível destino do casal veio à tona. De acordo com Chagas, Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva foram delatados por um cachorro, nome que era dado aos agentes da repressão infiltrados nos grupos de esquerda. Presos, foram levados para a Casa da Morte em Petrópolis, onde foram torturados e assassinados.

A entrevista de Marival Chagas indica os nomes dos agentes da repressão que participaram da prisão e morte do casal, como o médico João Henrique de Carvalho, conhecido como "Jota", que foi indicado como o cachorro que delatou vários membros da ALN, incluindo Ana e Wilson. Chagas afirma que, "a partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN. Foi por causa do seu trabalho que Wilson Silva e sua mulher, Ana Rosa Kucinski, foram presos, torturados e mortos" (FILHO, 1992, p. 29).

Marival Chagas também aponta a participação na ação de sequestro e assassinato de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva do "coronel Fred Perdigão [Freddie Perdigão Pereira], que pertencia ao Centro de Informações do Exército desde a sua época de capitão"

---

[6] Ex-sargento do Exército Brasileiro, trabalhou no DOI-Codi de São Paulo por cinco meses entre 1973 e 1974.

(FILHO, 1992, p. 31). Outro que foi apontado como participante na operação pela CNV foi o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Embora não seja totalmente confiável, o destino dos corpos do casal foi revelado pelo testemunho do ex-delegado da *Polícia Civil do Espírito Santo* Cláudio Guerra no livro *Memórias de uma Guerra Suja* (MEDEIROS; NETTO, 2012), onde ele "afirmou ter participado da incineração de corpos de presos políticos na Usina Cambahyba, em Campos" (BRASIL, 2014, vol. 3, p. 1655). Em depoimento a CNV, Cláudio Guerra reiterou que havia levado os corpos de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva para incineração na Usina Cambahyba.

> Eu me lembro muito bem do casal, Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva e Wilson Silva, por conta de um incidente no caminho entre a rua Barão de Mesquita e a usina. Eu e o sargento Levy, do DOI, fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida no corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano. Eu não prestava muita atenção nos cadáveres que transportava. Até porque eles nos eram entregues dentro de um saco. O problema é que, quando estávamos indo do Rio em direção a Campos, já quase chegando lá, bem naquela reta da estrada, o Chevette que viajávamos simplesmente pegou fogo. Os corpos do casal não tinham sido afetados pelo incêndio do carro. O que fizemos? Simplesmente saímos do veículo. Naquela época não havia celular, era tudo mais difícil. O sargento Levy pegou carona até um telefone público, ligou para a usina [Usina Cambahyba] e eles vieram nos resgatar na estrada (BRASIL, 2014, vol. 3, p. 1655).

O relatório final da CNV indica também a tentativa de extorsão feita por agentes da repressão à família Kucinski. Marival Chagas já apontava na entrevista de 1992 que "um agente, que conheço só pelo codinome "Júnior", foi afastado por tentar extorquir dinheiro do jornalista Bernardo Kucinski, irmão de Ana, em troca de informações sobre o paradeiro dela" (FILHO, 1992, p. 32). Este agente foi identificado pela CNV como sendo o sargento José Sanches Vallejo Júnior.

Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva foram reconhecidos pela *Lei 9.140/1995* como desaparecidos políticos, fato que foi reiterado pela CNV. Após o reconhecimento em 1995, Bernardo Kucinski solicitou à USP que revertesse a demissão de sua irmã aplicada em 1976. Começou neste momento outra longa luta da família Kucinski pelo respeito a memória de Ana Rosa Kucinski Silva. No dia 29 de outubro de 2013 a CVESPRP realizou a *91° Audiência Pública*[7] no auditório do *Instituto de Química* da USP com o objetivo de homenagear

[7] A *91° Audiência Pública* da CVESPRP foi gravada e disponibilizada na plataforma de vídeos YouTube com o título *Caso Ana Rosa Kucinski* (CEV, 2013).

Ana Rosa Kucinski Silva, Issami Nakamura Okamo e Wilson Silva; na ocasião, Bernardo Kucinski voltou a reivindicar a revisão da demissão da irmã. “Em 2014, após diligências da Comissão da Verdade da USP, o Instituto de Química se dispôs, por unanimidade de votos dos membros da Congregação, a anular o ato anterior de rescisão de contrato por abandono de cargo e pedir desculpas formais à família da professora” (USP, 2018, vol. 3, p. 57).

Em homenagem a Ana Rosa Kucinski Silva, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua no bairro *Jardim Toca*, na cidade do Rio de Janeiro também há uma rua no bairro *Senador Camará* com seu nome. Por sua vez, a USP também prestou homenagem à professora com a inauguração de um monumento nos jardins do *Instituto de Química*. Em homenagem a Wilson Silva, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua no *Conjunto Habitacional Jova Rural*.

3. K. RELATOS DA DITADURA

3.1. RELATOS DE AUSÊNCIA E BUSCA

O desaparecimento de uma pessoa querida tem o potencial de deixar lacunas na vida que são de difícil compreensão. Expressar a falta que alguém faz, em especial se esse alguém foi vítima de uma violência arbitrária, pode ser uma tarefa complicada até mesmo para escritores de ficção. A ausência geralmente deixa um vazio, um hiato a ser preenchido que cede espaço à dor da perda a partir do momento em que se toma consciência de que não veremos mais aquela pessoa, de que teremos que nos acostumar com sua falta permanente. É o processo de luto que para os familiares dos desaparecidos políticos da ditadura brasileira nunca ocorreu por completo; pois eles nunca tiveram um corpo para enterrar; não fizeram seus rituais; não colocaram suas lápides. O desaparecimento gera a impossibilidade da tomada de consciência da morte e inviabiliza o processo de luto.

K: relato de uma busca não é um livro que narra o desaparecimento e morte de Ana Rosa Kucinski Silva. Ele narra a busca de um pai, K., que toma para si a responsabilidade de procurar a filha, mesmo que a cada dia sua esperança de que ela esteja viva diminua. K. procura a filha em todos os lugares onde ela poderia estar: vai atrás de autoridades públicas para obter informações; sofre extorsão de militares corruptos; frequenta reuniões de familiares de desaparecidos políticos; descobre a vida dupla de sua filha; visita presos políticos etc. Todo processo de busca que tantas famílias fizeram e que para a grande maioria delas não gerou respostas. K. personifica toda a família Kucinski, pois o trabalho de busca por Ana foi feito não só pelo pai, mas também pelos irmãos. É através de K. que Bernardo Kucinski nos mostra como o ambiente familiar foi tomado pelo sofrimento; pela dor; pelas noites mal dormidas e pelas buscas junto a conhecidos.

> Assim começou a saga do velho pai, cada dia mais aflito, mais mal dormido. No vigésimo dia, depois de mais uma incursão inútil ao campus e à casa da Padre Chico, recorreu aos amigos do círculo literário; os mesmos que por descontrole havia amaldiçoado. Quem sabe conheciam alguém que conhecesse alguém outro, na polícia, no Exército, no SNI, seja onde for dentro daquele sistema que engolia pessoas sem deixar traços. Com exceção do advogado, eram uns pobretões que não conheciam ninguém importante. O advogado mencionou vagamente um líder da comunidade do Rio que tinha acesso aos generais. Tentaria saber mais (KUCINSKI, 2016a, p. 21).

Aos poucos, a busca torna-se jornada. A certeza da morte é palpável, mas o luto não se completa. Falta o corpo levado pelo sumidouro de pessoas; falta a tradicional matzeivá[8] judaica, que encera o ciclo do morto; falta a kaddish[9] para a filha, para a irmã, para a colega de departamento, para a professora de química, para a militante da ALN.

> K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano da sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos (KUCINSKI, 2016a, p. 74-75).

Contudo, seus pedidos para colocar uma lápide são sempre negados e o ciclo não se fecha. Para o Estado essa pessoa não morreu, logo, não merece um atestado de óbito, que só viria em 1995; para a religião não há corpo e sem corpo não há morte, e sem morte não há lápide. Sobram acusações, e no meio desse árduo processo de luto sem corpo os familiares ainda têm que lidar com as tentativas de assassinar a memória da vítima, desumanizando-a.

> O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é uma matzeivá; mas ela era terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco, por causa de uma terrorista? Ela não era comunista? (KUCINSKI, 2016a, p. 77).

É um duplo assassinato, já não basta matar e sumir com o corpo, é necessário assassinar sua memória. A ausência que gera dor também vai gerar luta: luta pela memória do familiar; luta pelo direito ao luto; luta para que o Estado reconheça seus crimes. Com o passar do tempo o crime é reconhecido, mas o criminoso não. Resta ao sobrevivente continuar o seu trabalho para recuperar a memória do desaparecido, preservando sempre o mal da melancolia que não passa. Com ele, vem a dificuldade de comunicar; de falar sobre o passado; de reviver na fala o que se vive na memória todos os dias.

> Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia. Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraiam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. Também aos amigos não gosta de mencionar suas perdas e, se são eles que as lembram, a reação é de desconforto (KUCINSKI, 2016, p. 154).

Os anos passam, a sensação enfraquece e a ausência passa a ser um incômodo que aparece às vezes e que não se sabe de onde vem. A memória enferruja e a lembrança para de pulsar. Contundo, ela ainda está lá, cobrando o luto negado, o choro contido; pronta para voltar

---

[8] Lápide colocada no túmulo, em geral um ano após o sepultamento (KUCINSKI, 2016a, p. 73).
[9] Oração fúnebre que ajuda a fazer a passagem do mundo dos vivos ao mundo dos mortos (FIGUEIREDO, 2017, p 138).

à tona no primeiro contato com pequenos fragmentos de memória presentes em uma carta que o banco envia à vítima ou em uma fotografia escondida no armário.

> É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos (KUCINSKI, 2016a, p. 14).

São esses pequenos rastros que denunciam a presença do passado, que despertam a memória para o vazio não preenchido. Há por todo texto de Bernardo Kucinski a noção de que alguém esteve aqui e deixou seus rastros marcados no lugar, mas esse alguém já não existe fisicamente e a sua ausência deixou um vazio que não somos capazes de preencher. A forma como o autor "elide a presença dela [Ana Rosa Kucinski Silva], embora tudo seja sobre ela e por causa dela; é como se sua ausência na narrativa correspondesse à sua supressão na vida real" (KUCINSKI, 2016b, p. 26).

Coube a Gustavo Germano dar materialidade a esta sensação por meio de uma fotografia de Ana, feita para a exposição *Ausências Brasil* (GERMANO, 2012). Aqui (Imagem 1) vemos Ana em preto e branco, sentada sob o portal de pedra de uma grande porta de madeira com seu rosto virado para a câmera à espera da fotografia; ela não sorri, apenas espera aquele momento onde a câmera irá registrar a sua imagem. Em 2012, Germano voltou ao mesmo local e fotografou a mesma porta, agora em cores e, obviamente, sem a presença de Ana.

A experiência narrada no livro é a de K., patriarca da família Kucinski. Não obstante, poderia ser a de Eunice Paiva[10], a de Zuzu Angel[11] ou a de tantos outros familiares de desaparecidos políticos que nunca tiveram um corpo para finalizar o seu luto. O processo de ausência e busca parece ter ocorrido de forma semelhante para essas famílias, o que mostra que *K: relato de uma busca* consegue não só expressar como ocorreu este processo, mas também representar um cenário coletivo comum aos familiares de desaparecidos políticos. No próximo tópico, analisarei como o livro trabalha as questões relativas à dor e ao medo.

---

[10] Um relato da busca de Eunice Paiva por seu marida Rubens Paiva, bem como os desdobramentos para o resto da família foi feito por Marcelo Rubens Paiva em seu livro *Ainda estou aqui* (PAIVA, 2015).

[11] A busca de Zuzu Angel por seu filho Stuart Angel foi contata no filme *Zuzu Angel* (2006) de Sérgio Rezende.

3.2. RELATOS DE DOR E MEDO

Assim como a ausência, dor e medo também são dois sentimentos de difícil expressão. Abordados tanto de forma individual (o sofrimento de um pai, o medo de ser preso e torturado) quanto de forma coletiva (a impossibilidade do luto dos familiares, a sensação perene de estar sendo vigiado) a dor e o medo são dois sentimentos muito presentes em relatos sobre a ditadura militar brasileira, e também estão em *K: relato de uma busca*.

Começarei pela dor; dor causada pela ausência já comentada anteriormente; dor que se aprofunda e se expande durante a busca. Cada dia que K. passa sem a filha, sem respostas de seu paradeiro ou sem saber onde está seu corpo é mais um dia de dor: dor física, que faz seu corpo definhar e dor psicológica, expressa em seu constante cansaço mental.

> K. diz que não. Nada. Desalentado, quase não ouve mais o que esse Carlos diz. Sente-se muito cansado, de novo aquele vazio interior que já o derrubara outras vezes, que o impede até mesmo de se levantar de uma cadeira. Lembra-se de Jacobo, imbuído de tanta energia e otimismo que chegara a lhe incutir um fiapo de esperança (KUCINSKI, 2016a, p. 59).

Como se não bastasse apenas a dor da ausência, temos também os agentes da repressão tentando de todas as formas possíveis causar uma espécie de tortura psicológica que tem a finalidade de minar o que resta de força no sujeito que busca o desaparecido político. São ligações de um estranho dizendo que viu sua filha em algum lugar; boatos espalhados afirmando que ela passou por tal região, mas que agora está em outro local. É uma forma de dar esperança àquele que busca para retirá-la logo em seguida, impedindo a concretização do luto e a expressão pública de uma morte causada por um crime de Estado. No fim das contas, é a manutenção de uma guerra psicológica perene.

> Os militares cumpriram a promessa do presidente à luz da doutrina da guerra psicológica adversa. Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional. Enganaram-se os que esperavam a relação humanitária de vítimas de uma guerra já vencida. Ao contrário, a falsa lista revelou-se arma eficaz de uma nova estratégia de tortura psicológica. Teria sido melhor não dizerem nada, raciocina (KUCINSKI, 2016a, p. 64).

Soma-se a isso a extorsão; a frustação cotidiana; a sensação de estar sempre atrás de algo inacessível e a culpa. Há sempre no pensamento a ideia de que se errou em algum momento, e que esse erro desencadeou o desenrolar dos fatos. O sobrevivente não tem paz, pois carrega consigo a responsabilidade de ter falhado, de ter evitado uma conversa importante, de não ter atendido a um telefonema.

> A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de

> ter herdado sozinho os parcos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa de ter sobrevivido (KUCINSKI, 2016a, p. 155).

E o medo? O medo também é um sentimento que aparece de forma constante. No princípio, ele chega de soslaio. Será que estou sendo vigiado? Pouco a pouco, a sensação de insegurança cresce; alguém espalha rumores de que dois subversivos foram presos no bairro e você se questiona sobre a veracidade dos fatos.

> Súbito, lembrou rumores da véspera, no Bom Retiro; dois estudantes judeus da medicina teriam desaparecido, um deles, dizia-se, de família rica. Coisa da política, disseram, da ditadura, não tinha a ver com antissemitismo. Também sumiram outros, não judeus, por isso a Federação decidira não se meter. Esse era o boato, talvez nem fosse verdade; pois não diziam quem eram os rapazes (KUCINSKI, 2016a, p. 17).

Então acontece o pior, alguém desaparece e você não obtém respostas para aquele desaparecimento. Procura as autoridades, que dizem nada saber; vai aos amigos que nada podem fazer. De repente, as pessoas começam a procurá-lo; pedem informações; dizem que conhecem alguém que conhece alguém. Você então conclui que há espiões em todo lugar. Será que são confiáveis?

> Se o Caio e o Amadeu são informantes, espias devem estar em toda a parte, raciocinou K., perplexo. É verdade que quando chegou ao Brasil em 1935, fugido da polícia polaca, os patrícios o alertaram contra os espias de Getúlio, zei zainen umetum, eles estão em toda a parte, advertiram em iídiche. Mas isso foi na época do fascismo. E eis os espias de novo em toda a parte (KUCINSKI, 2016a, p. 31-32).

É uma atmosfera sufocante onde não se sabe em quem confiar; atmosfera que traz à tona lembranças da época do fascismo onde governos perseguiam e matavam aqueles que julgava desviantes; atmosfera onde o delator pode estar em qualquer lugar e ser qualquer um.

> Lá fora segue a vida inalterada: senhoras vão às compras, operários trabalham, crianças brincam, mendigos suplicam, namorados namoram. Ali dentro, no pequeno apartamento quarto e sala, instaura-se no casal o pânico. Fremem de ambos as mãos, agora incertas. O diálogo é assustado, os olhos evitam se olhar. Transpiram, exalando desgraça. A queda do ponto naquela manhã só se explica pela delação. Há um informante entre eles, um traidor ou um agente infiltrado, alguém muito próximo a eles dois, entre os poucos que restaram. (KUCINSKI, 2016a, p. 26).

Não era segredo para os membros das organizações de esquerda que a prisão era sinônimo de uma morte violenta sob tortura. A entrada na clandestinidade foi a única saída para alguns que viviam de lugar em lugar esperando por notícias de algum companheiro; combinando pontos em segredo; vigiando as esquinas e becos. Não sabiam de onde poderia vir a voz de prisão, o confronto, o tiro derradeiro; ou pior, a prisão, a tortura, a morte escondida nos porões de um aparelho, o sumiço do corpo.

Aqui mais uma vez Bernardo Kucinski tem sucesso não só em expressar as sensações de dor e medo no seu texto, mas também de recriar essa atmosfera sufocante repleta de desconfiança. Passarei agora a análise de outro tema muito importante em *K: relato de uma busca*, que são as questões em torno da memória.

3.3. RELATOS DE MEMÓRIA

K: relato de uma busca também é perpassado por relatos de memória. Memória do próprio K., imigrante que fugiu da Polônia para escapar da perseguição política sob a sombra de outra tragédia familiar. Aqui um trauma anda ao lado do outro como se fossem duas ruas paralelas em tempo distintos: a prisão e morte da irmã ao lado da prisão e morte da filha. K. percebe as similaridades: a mesma injustiça; a mesma reação das autoridades; o mesmo descaso.

> K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca. Por isso, emigrou às pressas, deixando mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois. Foi solto na condição de emigrar, além da propina coletada pelos amigos de militância. Sua irmã, Guita, cinco anos mais velha, não tivera a mesma sorte. Morreu tuberculosa no frio da prisão. A imagem repentina de Guita puxou a do delegado que o expulsara do topo da escadaria de Varsóvia aos gritos de que sua irmã nunca fora presa, de que teria fugido para Berlim, isso sim, com algum amante. Ainda pensava em Guita quando chegou ao general, que o recebeu de maus modos. Mandou-o sentar com rispidez. Reclamou que ele estava espalhando na comunidade judaica acusações pesadas e sem fundamento contra os militares. E se sua filha fugiu com algum amante para Buenos Aires? O senhor já pensou nisso? (KUCINSKI, 2016a, p. 37).

K. e sua família escaparam da Shoá, mas não sem sequelas. Cada um deixou um pedaço de si na Polônia e quando as notícias chegaram, foi difícil acreditar. Sua esposa definhou com a perda, caiu e não conseguiu mais se levantar.

> Quando engravidou da filha, depois de dois filhos homens, já era uma mulher triste; a comissão enviada pelos judeus de São Paulo para investigar os boatos assustadores sobre o que acontecera na Polônia havia regressado confirmando o pior. Sua família, como a maioria dos judeus de Wloclawek, havia sido dizimada. Todos. Os pais, os irmãos, os tios e sobrinhos. Por isso, as cartas pararam de chegar logo nos primeiros dias da invasão alemã, e não por causa dos bloqueios da guerra. Nem o seu primo Moses escapou, embora tivesse ido para a França. A comissão também confirmou a deportação e extermínio dos judeus franceses. O câncer na mama apareceu logo depois desse relatório (KUCINSKI, 2016a, p. 39).

Cada geração com sua tragédia, mas K. viveu as duas em uma só vida: viu o terror da Shoá atingir sua família; viu o sumidouro de pessoas levar sua filha. K. é a ligação entre essas duas ruas paralelas, o beco de acesso a memória do passado revivida no presente.

Sobre Wilson Silva, esse genro que até então K. desconhecia a existência, ele encontra apenas os rastros: uma nova família com novos machatunes[12]. Pedaços da história do casal, dessa vida paralela que a filha levava. Será que foram felizes? Como se conheceram? Como se apaixonaram? Quando começaram a agir nas organizações de esquerda? Perguntas e mais perguntas que não encontram respostas. Mais uma vez os rastros indicam a presença, mas não contam a história. Restam os registros: o nome insistentemente anotado na primeira página de todos os livros de uma biblioteca marcando sua presença.

> Tempos depois, capturado e desaparecido pelos militares, deixou, como único bem, a biblioteca revolucionária de mais de dois mil tomos, a maioria expropriados. Curiosamente, na primeira página de todos eles assinara, em letras firmes e rápidas, seu nome por extenso e data da expropriação. Queria demarcar uma posse? Não. Não faz sentido. Talvez soubesse, isso sim, e desde sempre, que os livros seriam os únicos vestígios de sua vocação revolucionária, pequenas lápides de um túmulo até hoje inexistente (KUCINSKI, 2016a, p. 51-52).

Vão-se as fotografias e os livros, ficam os nomes. As placas nas ruas que homenageiam os desaparecidos políticos demarcam um lugar de memória. As pessoas passam, a lembrança enfraquece e, com o tempo, as próximas gerações se esquecem; mas as ruas ficam.

> Na chegada, houve uma pequena cerimônia. O vereador discursou enaltecendo os que lutaram contra a ditadura e anunciando o início de uma nova ordem de valores. A homenagem aos desaparecidos políticos em placas de rua tinha a função pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos. Foi uma fala bonita, pensou K.; discurso e placas procurando atribuir ao desperdício de tantas vidas um significado posterior (KUCINSKI, 2016a, p. 150).

Mas até aqui há os empecilhos de uma disputa política. As pequenas homenagens são insuficientes, e há quem queira apagar o passado de uma vez por todas. Outros desejam rescrever a história à sua maneira, suprimindo fatos, espalhando falsidades e tornando heróis verdadeiros criminosos. O direito à memória está em litígio constante[13], e os torturadores também requerem homenagens aos seus.

> Ao se aproximar de São Paulo, o ônibus passou debaixo de uma ponte que trazia a placa viaduto General Milton Tavares. De novo esse criminoso. K. passara muitas vezes debaixo daquela ponte, sem prestar atenção ao nome. Centenas de pessoas passam por aqui todos os dias, jovens, crianças, e leem esse nome na placa, e podem pensar que é um herói. Devem pensar isso. Agora

---

[12] No código judaico é o parentesco que se estabelece entre os pais dos cônjuges. Algo próximo a "compadres" (KUCINSKI, 2016a, p. 41).

[13] Em 25 de agosto de 2021, 36 anos após o fim da ditadura militar brasileira, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a mudança de nome da rua *Sérgio Fleury* para *Frei Tito*.

> ele entendia por que as placas com os nomes dos desaparecidos foram postas num fim do mundo (KUCINSKI, 2016a, p. 153).

Um passado não refletido deixa feridas que não cicatrizam na memória coletiva de uma nação: mortes não explicadas; criminosos sem julgamento; trauma não processado. Há sempre um deputado, um senador ou até um presidente inclinado a encerrar o assunto. Às vezes aparece alguém disposto a homenagear um torturador, a dizer que não é bem assim que as coisas se passaram. A *Lei da Anistia* foi para todos; não obstante, enquanto um lado ficou com os mortos e desaparecidos políticos o outro ficou com os nomes das ruas, pontes e praças.

> Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade? Ele tanto escrevera sobre o modo de viver dos brasileiros, mas nisso não havia reparado. Em outros países, fazem hoje o oposto. Em Varsóvia trocaram o nome da tradicional rua Gesia para Anielewicza, em homenagem ao herói do levante do Ghetto. É verdade que mantiveram o nome daquele fascista e traidor Roman Dmowski numa rotunda, mas isso decerto vai mudar. Os franceses, ele lera no jornal, estão tirando o nome do Pétain de suas ruas, depois de descobrirem que durante a ocupação ele aprovou a deportação de setenta e seis mil judeus, inclusive seis mil crianças, para Drancy e de lá aos campos da morte para serem exterminados, dos quais menos de três mil sobreviveram (KUCINSKI, 2016a, p. 152 -153).

É desta forma que Bernardo Kucinski traz a reflexão a respeito de um tema tão caro para historiadores: os espaços de memórias. No próximo tópico, analiso os momentos onde a narrativa descreve agentes da repressão que, de forma direta ou indireta, contribuíram com a ditadura militar brasileira.

3.4. RELATOS DA REPRESSÃO

Em *K: relato de uma busca* há capítulos inteiros dedicados a narrar as experiências dos agentes da repressão. Neles, vemos a falsa empatia dos torturadores; os simulacros planejados e espalhados para causar tortura psicológica nos familiares das vítimas; a covardia e o medo de um “cachorro”; a vida amorosa de um “monstro”; as marcas do passado na cabeça de uma faxineira que trabalhava na Casa da Morte; os relatos e deboches de um ex-general caçado pela ditadura; a burocracia inerte de colegas de departamento que pensam mais em suas carreiras do que na colega desaparecida.

Começo pelo capítulo *A cadela*. Nele, um agente da repressão tenta lidar com Baleia[14], cadela que foi pega com o casal no momento de sua prisão. A cadela sofre, não come e bebe pouco. O agente da repressão pensa em matá-la para acabar com o incomodo, mas é admoestado pelo chefe.

> O pior foi ontem, quando eu falei em sacrificar a cadela, levei o maior esporro, me chamou de covarde, que quem maltrata cachorro é desumano e covarde; quase falei pra ele: e quem mata esses estudantes coitados, que têm pai e mãe, que já estão presos, e ainda esquarteja, some com os pedaços, não deixa nada, é o quê? Ainda bem que não falei. Não sei onde estava com a cabeça. É essa maldita cadela filha da puta que não me dá sossego, o chefe só vem aqui quando chega algum preso novo. Carne nova — ele fala —, arranca o que quer, manda liquidar e vai embora. Mas nós ficamos aqui o tempo todo, com essa cadela nos atormentando (KUCINSKI, 2016a, p. 62).

A empatia com o animal contradita a falta de empatia com as vítimas. Seria isso reflexo da banalização do mal, de uma *Doutrina de Segurança Nacional* que solapa o humano, transformando gente em informação? Não há respostas aqui, apenas o convite à reflexão.

Passo agora ao capítulo *A abertura*. Aqui vemos novamente o chefe dos torturadores que bola planos e espalha boatos. Arquiteta a tortura psicológica de K., tentando minar sua paciência e suas forças. É a guerra psicológica já citada anteriormente que fica cada vez mais acirrada com a abertura política. A linha dura perdia sua força, mas não deixava seus velhos planos.

> Temos que mudar tudo, Mineirinho. O inimigo agora são as famílias desses terroristas. Mas temos que usar mais a cabeça, a psicologia, Mineirinho. Temos que desmontar esses familiares pela psicologia. Você faça o seguinte, Mineirinho, telefone para um desses filhos da puta da comissão dos familiares, pode pegar qualquer um da lista que o Lima preparou. Telefona, e diz que tem umas desaparecidas que foram internadas no Juqueri, internadas como loucas. Diga que a tal professora da Química é uma delas, mas que tem outras que você não sabe o nome. Diga que você deu plantão no Juqueri e desliga. Não dê chance de perguntarem mais nada. Entendeu, Mineirinho? (KUCINSKI, 2016a, p. 69).

Em *Dois informes* vemos a covardia e o medo de um "cachorro". O delator; o infiltrado; aquele que produz os informes que levam a captura, tortura e morte daqueles que ele chama de companheiros nos pontos. O "cachorro" está preocupado, o cerco está se fechando sobre a organização. Será que com o fim dos companheiros ainda precisarão dele? É o medo que ronda a vida dupla do delator: se for pego pela organização, será justiçado; se a organização cair por completo, qual será sua utilidade.

> Havia o risco de ser desmascarado e justiçado, um perigo. Antes do ponto, passara a tarde em desassossego, recapitulando um a um os últimos contatos,

[14] O nome da cadela é uma referência a uma personagem de Graciliano Ramos em *Vidas secas* (RAMOS, 2019). O próprio Graciliano Ramos foi preso político (1936-1937) durante o governo de Getúlio Vargas, o relato de seu período na prisão encontra-se em sua obra *Memórias do cárcere* (RAMOS, 2020).

> para se certificar de que não deixara flancos abertos, nenhuma suspeita. Só depois de concluir que dele não suspeitavam é que cumpriu o ponto. Antes ainda praticou meia hora de meditação. Mas e do lado de cá? O chefe pode prolongar a operação para chegar a nomes ainda desconhecidos, esse Rodriguez, por exemplo, pode levar a outros; mas também o chefe pode acabar com tudo já. A decisão de sumir com os remanescentes já foi tomada, sei disso muito bem, só esperam o momento certo, os caras estão fodidos, é questão de tempo, Estado insurrecional permanente, esses caras estão loucos, totalmente fora do real, insensatez completa. Mas e ele, o que será dele, depois que tudo acabar? Sem serventia, ele se tornará descartável, além disso sabe demais. Quem garante que não sumirão com ele também? Pois não sumiram com o cara infiltrado na VPR? (KUCINSKI, 2016a, p. 88).

No capítulo *Paixão, compaixão* temos alguns detalhes da vida amorosa do chefe dos torturadores. Nele, conhecemos sua amante que narra a um familiar de desaparecido político a relação entre os dois. A própria amante o considera um "monstro", ela sabe que se envolveu com alguém que tortura e mata sem remorso. E porque ela continua? Porque está apaixonada; porque não vê uma saída para aquela situação; porque tem medo. O capítulo traz também pitadas do perfil psicológico do chefe dos torturadores.

> Sádico? Comigo não. Nunca. Nem naquela noite, depois que prenderam os padres. Ele foi possessivo, mas não foi sádico. Ele tem é ódio de comunista, isso sim, ódio e desprezo, noto pelas conversas no telefone, que às vezes eu escuto. Se o sujeito é comunista ele vai com tudo, tem carta branca, esmaga como se fosse uma barata. Só respeita um pouco se o cara for durão. Às vezes eu acho que outro problema foi o padre não ter resistido mais, embora sendo padre ia dar no que deu do mesmo jeito (KUCINSKI, 2016a, p. 102).

Em *A terapia* esbarramos com a ex-faxineira da Casa da Morte que procura uma terapeuta do INSS para iniciar seu processo de aposentadoria por distúrbios mentais: ela não dorme direito, sofre com barulho e tem ataques nervosos. A psiquiatra que a atende busca a fonte dos seus problemas, mas ela reluta a dizer. Por fim, ela conta que foi faxineira em uma casa em Petrópolis e que lá chegavam muitos presos que eram levados para os fundos da casa e depois para uma garagem de onde nunca saíam. A fonte de seus problemas é a memória dos gritos; do sangue que ela tinha que limpar depois das sessões de tortura; de suas conversas com presos a mando de Fleury. Sim, pela primeira vez o chefe dos torturadores é nominado. Pouco a pouco, a ex-faxineira conta para a psiquiatra os detalhes da Casa da Morte: conta dos que viu chegar, daqueles com quem conversou e do que viu quando olhou por um buraco para dentro da garagem.

> Uma vez, eu fiquei sozinha quase a manhã inteira, os PMs mineiros saíram bem cedo de caminhonete dizendo que tinham acabado os sacos de lona, o lugar onde compravam era longe, iam demorar. O Fleury já tinha voltado para São Paulo de madrugada. Eu sozinha tomando conta. Então desci até lá embaixo, fui ver. A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro,

> serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue (KUCINSKI, 2016a, p. 124).

Já em *O livro da vida militar* temos um ex-general caçado pela ditadura analisando seus colegas de farda. Aqui vemos como a burocracia da caserna opera mentes e desejos; como o ar de profissionalismo e meritocracia dos militares não passa de propaganda. Faz sentido essa mística do profissional militar sobreviver até hoje em um país que viveu por 21 anos sob uma ditadura militar?

> Para cada etapa dessa vida militar pachorrenta há um minucioso rito de pontuação. Postos de comando, postos de chefia de departamento, tudo é contabilizado. Mas, como em toda organização burocrática, as regras só valem para legitimar o favoritismo imanente, nunca para instaurar a meritocracia. As amizades é que decidem. Os vínculos de lealdade. Não a lealdade leal, que não precisa razões para existir, é a lealdade calculista, necessária à sobrevivência na guerra interna pela promoção burocrática. Nesse exército de oportunistas as únicas batalhas são as travadas por cada um contra seu igual, na disputa pela promoção. As vagas minguando mais e mais à medida que se sobe a escala de patente (KUCINSKI, 2016a, p. 131).

Por fim, temos *A reunião da Congregação*. Este talvez seja o capítulo onde a ficção toca tão fundo a realidade a ponto de confundir-se com ela. Em um *Instituto de Química* tributário das ideias de judeus que fugindo do nazismo acabaram no Brasil, a *Congregação* reuniu seus membros para discutir a demissão por abandono do cargo da professora e desaparecida política Ana Rosa Kucinski Silva. A *Reitoria* estava pressionando por uma decisão e já havia um professor na lista de espera para ocupar a vaga. Bernardo Kucinski narra aqui como a burocracia universitária e a vaidade acadêmica, exposta no pensamento dos professores, favoreceu o apagamento da memória de sua irmã.

> Vai ser uma reunião penosa, espero que passe rápido. Afinal, foi um ultimato. Se o Heinrich estivesse vivo, não acreditaria. Ele que fugiu da Alemanha por causa da família judia de sua mulher. Tenho a certeza de que agiria como eu; afinal, ele fundou o departamento de química e não gostaria de ver tudo destruído por causa de uma única pessoa, além disso uma professora comum, apenas com o grau de doutor. Se fosse um titular, um livre-docente, mas uma mera professora doutora… Química é liderança, temos que preservar as lideranças. Ainda bem que a votação é secreta, assim ninguém se expõe, ninguém vai saber quem aprovou a demissão. É claro que pelo mesmo motivo podia dar o oposto, por isso mesmo combinei tudo antes. Espero que dê certo (KUCINSKI, 2016a, p. 142-143).

Os capítulos trabalhados aqui relatam marcas da repressão na sociedade brasileira que juntas com os relatos de ausência, busca, dor, medo e memória compõem aquilo que denomino como relatos da ditadura. Desta forma, *K: relato de uma busca* corrobora a compreensão de que obras literárias têm a capacidade não só de erigir cenários muito verossímeis do que foi a luta dos familiares de desaparecidos políticos na ditadura militar brasileira, mas também de expressar sentimentos de difícil expressão como a ausência, a dor e

o medo. Ao trabalhar seu próprio trauma de irmão de uma desaparecida política por meio desta obra ficcional, Bernardo Kucinski parece conseguir aquilo que K. não conseguiu: realizar “uma kaddish para a irmã morta” (FIGUEIREDO, 2017, p 138), fixar sua Matzeivá e processar o luto da família Kucinski.

CONCLUSÕES

Quando chegar o momento, esse meu sofrimento.
Vou cobrar com juros, juro.
Todo esse amor reprimido, esse grito contido.
Este samba no escuro.

Chico Buarque

Já se passaram quase sessenta anos desde aquele primeiro de abril de 1964. Quantos sonhos foram interrompidos naquele dia? Quantas vidas mudaram profundamente de lá para cá? Não é comum para historiadores trabalhar com contrafactuais, que são mais aceitos no cinema, na literatura e no teatro. Não obstante, acredito que no pensamento de cada familiar de vítimas da ditadura militar brasileira deve passar alguma ideia que começa com "e se". E se aquela pessoa não tivesse desaparecido? E se o golpe não tivesse existido? Enfim, um conjunto de questões que permanecerá sem resposta para além da imaginação de quem as pensa. Os fatos existem, estão aí e podem ser descritos e narrados: sim, aconteceu um golpe; houve uma ditadura militar no Brasil durante 21 anos que promoveu de forma deliberada a censura, o sequestro, a tortura, o assassinato e a ocultação de cadáver.

Há quem negue, é claro; assim como há aqueles que tentam transformar a escrita da História em uma mera disputa de "narrativas". São esses que geralmente também buscam ao seu modo assassinar memórias e culpabilizar as vítimas, abusando da retórica discursiva para espelhar desinformações, notícias falsas e teorias conspiratórias que visam retrabalhar a memória sobre a ditadura militar brasileira e justificar a violência covarde que silenciou, agrediu e aniquilou adversários políticos e lutas sociais.

Há em curso hoje no Brasil um projeto político que visa o apagamento dos crimes da ditadura militar brasileira e o enaltecimento de ditadores e torturadores. O trabalho de Bernardo Kucinski e de outros escritores que trabalham as lembranças traumáticas deste período visa se contrapor a este projeto, lutando pela memória e verdade das vítimas. Neste sentido, quem poderá dizer que essas obras literárias não são mais verossímeis como narrativas da ditadura do que a literatura repulsiva escrita por pseudointelectuais ligados à extrema direita atualmente? Além de criar cenários, expressar sentimentos difíceis e trabalhar a memória das vítimas, as narrativas literárias citadas neste trabalho possuem um lastro factual comum: não negam a existência da ditadura e a violação aos direitos humanos no período.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa amadureci duas ideias sobre as quais venho refletindo a algum tempo: primeiro, acredito que fontes literárias têm muito valor para a História e deveriam ser utilizadas mais vezes por profissionais da área como arquivos de pesquisa; segundo, acredito que existe uma luta política a respeito da verdade e memória sobre a ditadura militar brasileira e que é papel dos historiadores profissionais participarem dos debates sobre o tema. Com esta análise de *K: relato de uma busca* tentei colocar em consonância estas ideias, juntando a literatura como fonte e o debate sobre a memória e verdade das vítimas da ditadura militar brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos, dissertações, livros e teses

ALVES, M. A. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Empresa Jornalística PN, 1966.

BENEDETTI, I. *Cabo de guerra*. São Pulo: Boitempo, 2016.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BETTO, F. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BRACHER, B. *Não falei*. São Paulo: Editora 34, 2004.

BRANDÃO, I. L. *Zero*. Rio de Janeiro: Global, 2001.

BRASIL: NUNCA MAIS (BNM). Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRUM, L. H. *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélogo, 2012.

CABRAL, R.; LAPA, R. *Desaparecidos políticos: prisões, sequestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Edições Opção, 1979.

CALDAS, A. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CALLADO, A. *Quarup*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CONY, C. H. *Pessach: a travessia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

ENDERS, G. B. G. *Não falei - O trabalho de memória na narrativa de um sobrevivente*. Dissertação (Mestre em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, p. 67. 2015.

FARGE, A. *Lugares para a história*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, A. C. Literatura: a fonte fecunda. In: LUCA, T. R.; PINSKY, C. B. (Org.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 61 – 91.

FIGUEIREDO, E. *A Literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

FORTES. L. R. S. *Retrato calado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FUKS, J. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GABEIRA, F. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRAMMONT, G. *Palavras cruzadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

JÜNGER, E. *Tempestades de aço*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

KUCINSKI, B. *K: relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

_____. *Os visitantes: novela*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

LEMOS, T. T. Modiano, historiador: a ambiguidade francesa durante a ocupação alemã compreendida na obra Ronda da noite. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 17, n. 39, p. 333-350, maio de 2017.

LEVI, P. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LISBOA, A. *Azul-corvo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MACHADO, A. M. *Tropical sol de liberdade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MASCARENHAS, L. *Comissão de Justiça e Paz*. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, c2009. Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-de-justica-e-paz>. Acesso em: 12 de out. de 2021.

MEDEIROS, R.; NETTO, M. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MIGUEL, S. *Primeiro de abril: narrativas da cadeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

NETO, G. O. *Amores exilados*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

PAIVA, M. R. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PILLA, M. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

RAMOS, G. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

_____. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

REMARQUE, E. M. *Nada de novo no front*. Tradução de Helen Rumjanek. Porto Alegre: L&PM, 2011.

REZENDE, M. V. *Outros cantos*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

RIBEIRO, E. T. *Damas da noite*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SIRKIS, A. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SPIEGELMAN, A. *Maus: a história de um sobrevivente*. Tradução de Antonio de Macedo Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAPAJÓS, R. *Em câmera lenta*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

TAVARES, F. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

TIBURI, M. Entrevista - Márcio Orlando Seligmann-Silva. *Trama Interdisciplinar*, v. 2, n. 1, p. 8–18, 2011. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/3963>. Acesso em: 12 out. de 2021.

VIDAL, P. *Mar azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

Documentos oficiais e leis

BRASIL. *Lei n° 6.683, de 28 de agosto de 1979.* Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 12 out. de 2021.

_____. *Lei n° 9.605, de 04 de dezembro de 1995*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm>. Acesso em: 12 out. de 2021.

_____. *Lei n° 10.536, de 14 de agosto de 2002*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10536.htm>. Acesso em: 12 out. de 2021.

_____. *Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.875.htm>. Acesso em: 12 out. de 2021.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDHPR). *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: SEDHPR, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/memoria-e-verdade/direito-a-memoria-e-a-verdade-2013-comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos/view>. Acesso em: 12 out. de 2021.

_____. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 12 out. de 2021.

_____. Comissão Nacional da Verdade (CNV). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, 3 vol. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>. Acesso em: 12 out. de 2021.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP*. Brasília: MMFDH,

2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/cemdp/comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-cemdp>. Acesso em: 12 out. de 2021.

PERNANBUCO. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP). *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>. Acesso em: 12 out. de 2021.

SÃO PAULO. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva (CVESPRP). *"Bagulhão": a voz dos presos políticos conta os torturadores*. São Paulo: CVESPRP, 2015a. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/bagulhao/>. Acesso em: 12 out. de 2021.

_____. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva (CVESPRP). *Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. São Paulo: CVESPRP, 2015b, 4 tomos. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: 12 out. de 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (CVUSP). *Relatório da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo*. São Paulo: CVUSP, 2018, 11 vol. Disponível em: <https://sites.usp.br/comissaodaverdade/relatorio-final/>. Acesso em: 12 out. de 2021.

Exposições

GERMANO, G. *Ausências Brasil*. 2012. Disponível em: <https://www.gustavogermano.com/portfolio/ausencias-brasil-2012/>. Acesso em: 12 out. de 2021.

Filmes e vídeos

AQUI É O MEU LUGAR. Direção: Paolo Sorrentino. Produção: ARP/UGC, Element Pictures Indigo Film e Lucky Red. Itália: Imagem Filmes, 2012. 1 DVD (1h 58m).

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE (CEV). *Caso Ana Rosa Kucinski*. YouTube, 1 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VcrR1JbfH9w>. Acesso em: 12 out. de 2021.

ZUZU ANGEL. Direção: Sergio Rezende. Produção: Toscana Audiovisual. Brasil: Warner Bros., 2006. 1 DVD (1h 48m).

Fontes jornalísticas

BERNARDO, A. *A história da 'Casa da Morte' contada por única sobrevivente*. BBC News Brasil, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>. Acesso em: 12 de out. de 2021.

FILHO, E. A lei da barbárie. *Veja*, e. 1262, a. 25, n. 47, p. 22-32, 18 de novembro de 1992.

RODRIGUES, F. *Veja cronologia da vida de Dilma Rousseff*. UOL, Brasília, 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/02/21/veja-cronologia-da-vida-de-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 12 de out. de 2021.

Músicas

BRANT, F. R.; NASCIMENTO, M. S. C. Saídas e bandeiras nº 2. In: FILHO, S. B.; NASCIMENTO, M. S. C. *Clube da Esquina*. São Paulo: EMI-Odeon, 1972. Faixa 15. 2 Discos de vinil.

HOLLANDA, F. B. Apesar de você. In: HOLLANDA, F. B. *Chico Buarque*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1978. Faixa 11. 1 Disco de vinil.

ANEXOS

Imagem 1 (GERMANO, 2012)

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Thiago Alves de Souza, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *K: relatos da ditadura* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

Thiago Alves de Souza

_____

Thiago Alves de Souza